



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 168 - 1ª QUINZENA DE MARÇO DE 1999 - R\$ 1,00

Acordo na Ford prepara o caminho para as centenas de demissões. Governadores da oposição vão a Brasília e se comprometem com FHC. Ao invés de lutar, UNE arrasta os estudantes para apoiar Itamar. Tudo isso torna mais fácil a ofensiva capitalista contra as massas.

NÃO À CONCILIAÇÃO DE CLASSES!

NADA DE SEGUIR OS GOVERNADORES! NADA DE

FRENTE COM OS CAPITALISTAS DESCONTENTES!

ORGANIZAR A LUTA NACIONAL DE MASSA

PARA DERRUBAR O PACOTE FHC/FMI!

NADA DE ACEITAR A REDUÇÃO DE SALÁRIOS!

GREVE COM OCUPAÇÃO DE FÁBRICA PARA

BARRAR DEMISSÕES! ORGANIZAR A GREVE GERAL!

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Operários ocupam e ameaçam explodir a Ibfaf

A história de luta dos operários da Ibfaf não é de hoje. Desde 1997, vêm fazendo greves contra os atrasos de pagamento. Mas foi em janeiro de 1998 que a empresa entrou em concordata. Esta fez com que a Mercantil do Brasil Financeira S.A. Crédito Financeiro e Investimento tomasse um equipamento por falta de pagamento de uma dívida de 190 mil reais. Em maio, o Sindicato Metalúrgico de Campinas e Região pediu a disponibilidade dos bens da Ibfaf. O patrão acabou demitindo as lideranças da greve, num total de 25. Em setembro, os trabalhadores ocuparam a fábrica. Só foram retirados pela tropa choque e decidiram armar um acampamento em frente. Sem salários há vários meses, os operários voltaram a ocupar a fábrica, no dia 13 de dezembro. (Ver Massas 165)

Com a produção paralisada desde setembro, com os salários cortados desde julho, com o patrão desaparecido do local e já meses acampados na frente da Ibfaf, os operários ocupavam novamente a empresa. Segundo Cruz, diretor do sindicato, o objetivo é colocar a fábrica em funcionamento e arrumar dinheiro para pagar os



salários. A experiência da ocupação anterior, quando foram retirados pela tropa, fez com que armassem a resistência diante da provável ação da polícia. Assim, os metalúrgicos organizaram uma "barricada" e instalaram bombas feitas com galão, combustível, gás de cozinha, gasolina, diesel e pavio e prometem acioná-la caso sejam obrigados a sair da empresa. Um dos operários diz: "Se for preciso, todos vão saber o que vamos fazer com estas bombas".

Dentro da metalúrgica, um grupo de operários procura retomar a produção, criando para isso uma cooperativa.

Diante da situação de miserabilidade dos metalúrgicos, a prefeitura aceitou com a isenção de pagamento das tarifas públicas. Os operários não arredaram os pés da ocupação, nem mesmo no final do ano, quando o movimento estava totalmente isolado.

A luta dos metalúrgicos da Ibfaf é uma lição de resistência para a classe operária. A vitória da ocupação depende dessa enorme disposição de combate dessa centena de operários, e, principalmente, da unidade dos trabalhadores de outras fábricas. As direções sindicais têm papel fundamental na organização dessa unidade. Porém, essa é a fraqueza que tem de superar, pois as direções evitam as greves, as ocupações e as manifestações gerais da clas-

se. Basta que lembremos que enquanto os metalúrgicos da Ibfaf ocupavam a fábrica, os dirigentes da CUT e Sindicato Metalúrgico do ABC quebravam o movimento na Ford. O bloqueio da generalização das lutas, feito pelas direções sindicais, tem contribuído para o isolamento das greves e impedido a vitória do proletariado.

O agravamento da crise capitalista arrastou o Brasil para a recessão. O Plano Real quebrou. Os patrões despejarão ainda mais os prejuízos sobre os trabalhadores. Por isso, a classe operária terá de enfrentar o governo e os capitalistas de conjunto. A greve, a ocupação e a resistência organizada no interior das fábricas devem ser nossa resposta aos atrasos de pagamento, às demissões e toda sorte de desgraça que nos é despejada. A longa resistência e o método da ocupação da Ibfaf, impondo o controle operário, é um exemplo a ser seguido pelo proletariado.

O fundamental é entender que a melhor forma é ocupar a fábrica quando esta não está quebrada, portanto em pleno funcionamento. Não se trata de orientar o movimento para gerir uma empresa falida, mas de impedir sua falência ocupando-a e generalizando a luta no sentido de impor o controle operário mais geral sobre a produção. Sem dúvida, essa orientação revolucionária é rejeitada pela burocracia sindical. Vejam o exemplo da Ford, que diante das 2800 demissões, colocou claramente a necessidade de sua ocupação. Nesse sentido, a quantidade de exemplos é enorme. Se o exemplo da ocupação com resistência da Ibfaf for seguido, com certeza, a classe operária se fortalecerá perante os capitalistas. Trata-se de exigir da CUT e de todo movimento apoio material e político aos companheiros da Ibfaf.

Petroleiros realizam ato por reintegração de demitidos

Os petroleiros da Revap (São José dos Campos) e de Duque de Caxias (RJ) realizaram no último dia 23 um ato de protesto pela reintegração dos 85 demitidos pelo país durante a greve nacional petroleira de 1995. A manifestação na Revap reuniu representantes das 4 refinarias de São Paulo. Mas a produção não sofreu consequências, porque o turno noturno prosseguiu com as atividades.

Em campanha salarial, os petroleiros estão realizando assembleias para votar a proposta da Petrobras, que inclui um controle sobre as horas-extras feitas pelos trabalhadores (uma espécie de "banco de horas", que desobrigaria o pagamento pela empresa) e tem se recusado a readmitir os demitidos. A Federação Única dos Petroleiros recomenda a rejeição da proposta. O que pode resultar numa luta nacional

dos petroleiros em março.

Lembramos que a greve nacional dos petroleiros de 1995 foi o primeiro grande enfrentamento contra o plano antinacional e antipopular do governo em seu conjunto, e foi uma luta traída pela direção da CUT (Vicentinho), que negociou o fim da greve quando ela estava em seu ponto de maior força. Vale lembrar que assembleias operárias rejeitaram o acordo dos burocratas com o governo, mas sua luta se esgotou pouco depois, pelo isolamento.

É possível uma nova grande mobilização nacional do setor. Cabe aos sindicatos de todo o país tomar medidas de apoio e unificação na luta junto aos petroleiros. A começar pela convocação de assembleias massivas para rejeitar a conciliação com patrões e governo e decidir pela luta.



Crise obriga país a rever acordo com FMI

O Fundo Monetário Internacional está desde o início de fevereiro negociando com as autoridades econômicas brasileiras a revisão das metas do pacote de 41,5 bilhões de dólares. Os dirigentes da instituição imperialista perceberam que as metas fixadas no acordo são impossíveis de cumprir pelo Brasil em recessão. O próprio Ministro da Fazenda Pedro Malan reconhece que a economia brasileira deve encolher de 3% a 4% em 1999. Prevê também que a inflação deve subir nos próximos meses, baixando apenas no último trimestre do ano. (Financial Times, 26/02/99)

O governo não tem conseguido conter a alta sistemática do dólar. A desvalorização da moeda brasileira em relação à norte-americana é pressionada pela redução absoluta e relativa de sua produção em relação à outra, já que a moeda é expressão do valor. Mas essa tendência é agravada pelo controle do volume de moeda em circulação no país pelos bancos, que na véspera da desvalorização chegou a ultrapassar os 80%.

A alta do dólar, maior que a maxidesvalorização de Delfim Netto em 1980, inviabilizou uma série de empresas nacionais, seja pelo endividamento em dólar, seja pela dependência de insumos

importados. Os setores ligados à exportação só terão o benefício contábil da conversão, porque não conseguirão se impor diante de um mercado mundial estragado e que já tem contado ao longo dos últimos anos com desvalorizações de moedas de concorrentes do Brasil. Os custos do endividamento externo aumentam em reais. A volta da inflação obriga o governo a elevar os juros, para que o dinheiro não evapore diante da possibilidade de perda real, pelo pagamento de juros inferiores à taxa de desvalorização da moeda. Todos esses elementos mostram que se acentuam as tendências ao aumento do déficit público, maiores dificuldades na arrecadação pela redução do volume de negócios, aumento real dos valores dos compromissos em relação ao endividamento público. Jamais o governo seria capaz de manter suas promessas ao FMI. Se antes a situação já era extremamente difícil, pois a arrecadação total do Estado não é suficiente para pagar os serviços das dívidas, agora então a coisa se inviabilizou. Daí a necessidade de rediscutir as metas.

Não que o FMI pretenda facilitar a vida do governo. Ao contrário, a renegociação envolverá metas mais baixas, mas certamente um ajuste fiscal mais violento con-

tra os salários e cortes mais profundos no orçamento público.

A entrega do Banco Central ao principal assessor do especulador George Soros indica que a economia estará à mercê dos parasitas do capital financeiro. O governo, a mando do FMI, entrega a direção da política monetária aos especuladores para tentar preservar esses "investimentos" no país. A renegociação com o FMI prorrogará o prazo de grandes lucros a esses sanguessugas, até que não seja mais possível pagar nem cortando todos os salários do funcionalismo. Esses ratos, então, serão os primeiros a abandonar o navio.

A incapacidade e subserviência da burguesia nacional é mais uma vez comprovada. A única chance do Brasil é a ruptura com o imperialismo, que só pode se dar como parte da revolução proletária.

Nacional

Crise do Real faz crescer custo de vida

A crise do Plano Real tem levado a um aumento generalizado dos preços, principalmente no custo de vida. A inflação atingiu 3,7% nos 20 primeiros dias de fevereiro. A cesta básica de São Paulo subiu 4,77%, segundo o Dieese. Destaca-se o aumento dos preços dos alimentos: 5,36%, e dos produtos de limpeza (3,09%). Há alguns itens que tiveram brutal elevação: óleo de soja (17,76%), farinha de trigo (17,54%) e pó de café (16,74%). As carnes e derivados também estão entre os de maiores aumentos de preços: salsicha (12,7%), frango resfriado (7,94%), lingüiça fresca (8,36%). Os ovos subiram 15,79%.

Nos supermercados, a alta de fevereiro já atinge 3,64%, em 20/02/99.

A causa apontada pela elevação dos preços é a desvalorização do Real diante do dólar, que elevou os custos de diversas matérias-primas. É preciso lembrar, porém, que já no ano passado, com inflação próxima de zero, os preços dos alimentos e produtos básicos tiveram elevação considerável, que não se refletiu no índice da inflação pela redução de preços de eletrodomésticos e outras mercadorias de consumo da classe média. Ou seja, a inflação zero do plano Real já vinha sendo sustentada pelos trabalhadores de salários mais baixos, que têm na alimentação a principal despesa. Agora, com a desvalorização da moeda, a carga sobre os assalariados será ainda maior, como já se pode ver

pelos números mostrados acima.

Esses dados põem abaixo a afirmação burguesa de que o plano Real beneficiou os mais pobres. A verdade é que possibilitou a uma camada da classe média sacar suas poupanças e se endividar para adquirir automóveis e eletrodomésticos, mas que agora nem mesmo consegue pagar suas dívidas, menos ainda comprar novos. O desabamento das vendas de automóveis e os altíssimos índices de inadimplência comprovam essa afirmação.

O congelamento salarial e os reajustes de preços são um mecanismo de expropriação dos assalariados em benefício do parasitismo do capital financeiro, e têm sido ao longos destes últimos 4 anos uma das principais âncoras do Real.

Saques

Fevereiro registrou a volta dos saques aos supermercados nas cidades. Os saques são uma ação popular coletiva para expropriar alimentos e poder sobreviver. Na sua maioria, são os desempregados e suas famílias os protagonistas dessa ação. Levados à situação miserável pelos capitalistas e seus governos, abandonados pelas direções sindicais e motivados pela fome, decidem agir coletivamente.

Os saques são progressivos porque colocam a sobrevivência dos trabalha-

dores e suas famílias pela ação coletiva, em contraposição ao acúmulo de riqueza e destruição generalizada (inclusive de alimentos por apodrecimento) capitalistas. A escolha é entre deixar montanhas de alimentos sendo usadas apenas para especulação e lucro ou alimentar os famintos.

É preciso notar que os saques só resolvem momentaneamente o problema da fome, e que é preciso organizar um forte movimento pelo emprego, que só pode vencer o governo e os capitalistas pela força da unidade operária e popular entre empregados, ameaçados de demissão e desempregados. A greve com ocupação de fábrica, fechamento de avenidas e estradas, manifestações e passeatas esses são os meios para pressionar pelo emprego a todos, que por sua vez só pode ser garantido com o controle operário da produção.



A crise das dívidas dos estados

O encontro dos governadores com FHC

Já denunciávamos a posição de subversão e a covardia política dos governos de oposição, principalmente os do Partido

dos Trabalhadores (PT), que sequer foram capazes de se unir a Itamar Franco na limitada moratória e no conflito com o governo federal. Mas a prostração chegou mais longe. Governadores do PT, como José Orcírio dos Santos (MS), apregoam vigorosamente que participem da reunião com FHC, fazendo coro com o fisiológico governador do Rio de Janeiro (PDT) e de Alagoas (PSB). O mais à esquerda, Olívio Dutra, apenas teatralizou resistência, com o argumento de sua definição dependia da pauta. FHC o atendeu.

Eis a pauta: "identificação dos pontos de cooperação entre a União e os Estados diante das restrições econômicas e fiscais da atual conjuntura, com vistas a fortalecer a Federação e antecipar a retomada do desenvolvimento" (Folha, 23/2). Olívio considerou que é genérica, mas que mesmo assim compareceria ao encontro. O governador do Rio antecipou que nada será resolvido sobre o impasse federativo. Itamar Franco se dispunha a ir, caso FHC suspendesse o confisco contra o Estado de Minas. Como isso não aconteceu, foi o único ausente.

Num ato de determinação, FHC reteve novas parcelas de transferência orçamentária do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, faltando 4 dias para o encontro. Essa novela mostra o quanto a oposição burguesa e pequeno burguesa (PT) está nas mãos governo federal, cuja característica é ser antinacional e antipopular. Isto é, estão nas mãos do governo pró-imperialista e de seus compromissos com o capital internacional.

A proposta de renegociação da dívida dos estados não rompe o Plano de reformas pró-imperialistas, apenas coloca alguns obstáculos, como redução do percentual que os esta-

dos devem pagar à União, limite nas privatizações de empresas estaduais etc. Essa linha poderia ser absorvida por FHC, caso a crise financeira não fosse tão devastadora e as exigências do imperialismo fossem mais flexíveis. Mas, ao contrário, a quebra do Plano de Estabilização apenas começou a ter seus efeitos desagregadores e as tendências desintegradoras da economia mundial estão em pleno desenvolvimento.

A intervenção direta do FMI e a colocação de um funcionário dos financistas estrangeiros no comando do Banco Central para cumprir as determinações dos amos credores, especuladores etc indicam a situação de refém da aliança governamental PSDB/PFL/PMDB/PPB ao imperialismo. E qual foi a atitude dos governadores de oposição? Como reagiu o PT e seus aliados da frente popular? Total paralisia.

Mais do que isso: figurões do PT, entre eles Lula, recomendaram que não é hora de exigir o fim desse governo. Aqui está a explicação de tamanha prostração. Todos sustentam a coligação pró-imperialista e antipopular. É claro que devido a falência dos estados há o perigo do conflito de Minas se aprofundar e alargar a crise do regime político. Ou seja, o risco da divisão interburguesa se transformar em luta de frações pela mudança de governo. E assim facilitar a intervenção das massas contidas pela política colaboracionista do reformismo petista e seu braço sindical.

A reunião dos governadores com FHC objetivou encontrar um ponto de conciliação provisório, de forma a jogar o problema para frente. Para isso, o governo federal acenou com a possibilidade de mudar a Lei Kandir e obter novos financiamentos, desde que os governadores demitiam funcionários e privatizem amplamente. Do lado dos governadores, alguns já estão demitindo funcionários e preparam as condições para sacrificar os aposentados e pensionistas. Olívio Dutra chegou a penhorar bens públicos para mostrar ao governo federal que está disposto a pagar. O problema é que não tem caixa. É mais provável que arrefecerá sua "resistência" jurídica e começará a atender algumas das exigências do Plano FHC, de forma a evitar a polarização.

A compreensão deste choque interburguês é necessária porque revela a crise do regime político, expressão da crise estrutural do capitalismo. Algumas correntes de esquerda tendem a ser arrastadas por detrás da fração oposicionista, como no caso da moratória de Itamar. Atuam no sentido de levar esta fração para a esquerda. Daí a crítica limitada ao PT pelo fato deste não seguir Itamar.

A tentativa ilusória de orientar a fração burguesa oposicionista a tomar o caminho da luta antiimperialista expõe a dependência do centrismo aos movimentos da burguesia, impulsionados pela crise econômica. Essa política deve ser rejeitada e denunciada. O que sim está colocado

é a tarefa de agitação e propaganda das bandeiras vitais das massas e as de cunho antiimperialista, que contraponham abertamente os explorados ao governo FHC e à burguesia entreguista. Trata-se de trabalhar pela unidade da maioria explorada sob a direção da classe operária numa frente única antiimperialista. É por esse caminho que a classe operária tomará os problemas em suas mãos e avançará no seu objetivo histórico de destruir o capitalismo pela revolução social.

Agrava o conflito entre Minas e Governo federal

A retenção de recursos do estado de Minas pelo governo federal tem obrigado Itamar a radicalizar. Acenou com a possibilidade de criar um mecanismo próprio de arrecadação. Reuniu em sigilo a cúpula da polícia militar. E acusou FHC de pretender sufocar Minas. Por seu lado, os órgãos militares de segurança da União denunciaram o perigo de "sedição" em Minas. O envolvimento do aparato militar no conflito indica que a crise aberta pela moratória de Itamar vem avançando. Isso explica a denúncia de Itamar de que FHC pretende intervir em Minas.

O agravamento da luta interburguesa se dá sob a bancarrota do Plano de Estabilização e a falência financeira dos estados.

O encontro dos governadores aponta o curso que tomará o conflito. Tudo indica que se chegará a um acordo provisório que alivie momentaneamente as tensões. Pelo menos é essa a bandeira branca de FHC. Os governadores de oposição também estão empenhados em atenuar a polarização entre Itamar e FHC. Estes chegaram a desconhecer a Carta do Rio Grande do Sul, que exige a suspensão das retaliações para que se pudessem reunir com o governo federal. A última reunião da Executiva do PFL também decidiu interferir em favor de um acordo que alivie a situação de quebra dos estados e possibilite salvar o acordo da dívida, o que seria positivo para o governo federal envolvido até o pescoço com a quebra do Plano e que não vê perspectiva de melhoria da crise.

O aumento do choque entre Minas e Federação alimenta as ilusões em setores sindicalistas e reformistas em torno de Itamar, como se este apresentasse uma saída para a desintegração capitalista em curso e uma real força de resistência ao imperialismo. Não é por outra razão que a burocracia sindical e UNE estão se perfilando em torno de Itamar. Uma coisa é rejeitar qualquer intervenção federal em Minas e o bloqueio dos repasses para servir os interesses do imperialismo e do capital nacional a ele associado. Outra é apoiar a fração burguesa oposicionista de Itamar. Os trabalhadores devem ter suas bandeiras próprias e caminhar com suas próprias pernas.

Nacional



Burocracia sindical petista trai os operários da Ford

A assembleia do dia 22/2 selou o fim do movimento contra as 2.800 demissões na Ford, a não ser que um fato novo desperte os operários frente à traição da direção de Marinho e seus comparsas. De fato, a liquidação da resistência já se deu na assembleia do dia 2/2. Nesta, a direção sindical, orquestrada com a Ford, manobrou com a idéia de que um acordo estava preste a assegurar os empregos. Vicentinho deu força a esta mentira com o argumento moral de que "nós não sairemos humilhados desta luta".

O terreno para a traição foi sendo cuidadosamente preparado desde o início do conflito. A direção conduziu os trabalhadores para a tática pacífica e passiva de "todos entrarem na fábrica e trabalharem". A isso os burocratas chamaram de ocupação de fábrica. Uma verdadeira fraude para com a revolta dos metalúrgicos. Serviu para bloquear a situação explosiva das 2.800 demissões. A raiva que impulsiona as massas adotarem instintivamente medidas radicais de luta foi amortecida com a tática da passividade e da falsa ocupação da fábrica.

A Ford não teve nenhum trabalho para conter o ódio dos operários. Não precisou da polícia. Não precisou de recursos violentos que normalmente os patrões se utilizam contra as greves. Simplesmente impediu que as máquinas funcionassem e imediatamente deu férias coletivas aos não demitidos, aproveitando o enorme estoque encalhado pela queda nas vendas. Fechou as portas e permitiu que o pátio servisse de palco às assembleias burocráticas, em que só os figurões e os "capa preta" do sindicato falam.

A direção da Ford sabe perfeitamente o quanto a direção do Sindicato Metalúrgico está politicamente corrompida. A submissão crescente dos líderes sindicais petistas aos capitalistas das montadoras está refletida na total tolerância às demissões que há anos vêm ocorrendo, nos acordos pró-patronais das Câmaras Setoriais da época Collor e agora nos acordos de redução de salários etc. A fórmula de "demissões voluntárias" foi imposta à burocracia e esta a utiliza para impedir a luta contra as demissões e destruição de postos de trabalho.

Sabendo que os únicos adversários seriam os operários enfurecidos, os patrões contaram com a habilidade de Marinho, Vicentinho, Lula etc. E acertaram. Os raposas mostraram-

se bem treinados na escola da social-democracia internacional. Gritam contra o governo. Choram quando precisam avivar o sentimentalismo (o choro do Marinho). Chamam o Frei Beto para rezar, colocando nas "mãos de Deus" o destino dos demitidos, como se faz com os moribundos no leito da morte. Apela para as esposas e filhos dos operários para que compareçam como família (não para enfrentar os patrões com os punhos cerrados, mas para fazer a ceia de Natal e dramatizar um bloqueio aos "lagartixas" fura greve). E sobretudo se utilizam das armas patronais para desgastar a resistência, como o caso dos estoques, das férias coletivas etc. Toda essa parafernália burocrática e pelega foi cuidadosamente colocada em prática.

Houve apenas um momento de violência neste transcurso. Foi quando os burocratas se incomodaram com um panfleto do POR que defendia a greve com ocupação de fábrica e denunciava as manobras da direção. Partiram para a agressão física e para destruir os panfletos. Nesta hora os natalinos viraram lobos. Mas logo viram que os operários estavam anestesiados e que a posição de luta não teria repercussão imediata.

Esse desenrolar, mais de um mês, desembocou na assembleia de 2/2 que aprovou o acordo entre a burocracia e a Ford de suspender até o dia 18 as demissões, dando licença remunerada aos demitidos, abrindo as demissões voluntárias e mantendo negociações com o governo em torno do Plano de reativação da produção (renúncia fiscal em favor das multinacionais). O POR denunciou no ato a traição com um panfleto (ver Massas 167).

As demissões não foram revertidas. A volta ao trabalho dos não demitidos dividiu os operários e as demissões voluntárias serviram para arrebentar a resistência dos que não as aceitaram. A assembleia de 22/2 serviu apenas para Marinho anunciar as 500 demissões voluntárias, deixando a idéia para os operários desarmados da vontade de luta que não haveria outra saída. Encerrou a assembleia com a informação de que dali em diante tratava-se de "administrar o excedente".

É isso mesmo: 500 demitidos sob intensa pressão patronal-sindical e o restante ficou como excedente a ser administrado. O choro do Marinho sensibilizado pelas famílias que iriam passar fome. O pai-nosso de Frei Beto. O Plano de reativação. A não

humilhação de Vicentinho. Tudo isso resultou em operários sem emprego e um excedente a ser administrado, que certamente terá o mesmo fim. Se alguns se salvarem, será por pouco tempo. Talvez a multinacional que lucra bilhões no mundo todo às custas dos operários dê um presente pelo trabalho bem feito de Marinho, Vicentinho, Lula etc.

Essa traição suja, arquitetada junto aos capitalistas, deve servir de lição para a vanguarda e toda classe operária. Lição sobre a necessidade de varrer a burocracia do sindicato, de rejeitar seus métodos de resistência passiva, de denunciar a tática do desgaste, de rechaçar as assembleias manipuladas e de combater o divisionismo. E sobre a necessidade de construir uma direção revolucionária, fiel às reivindicações dos trabalhadores e aos métodos da luta de classe.

A traição foi contra o conjunto dos explorados

A burocracia vem argumentando que os trabalhadores não querem lutar, que a situação de crise os atemoriza etc. Com isso, pretende esconder seu papel colaboracionista pró-patronal. Uma burocracia sindical se caracteriza por erradicar dos sindicatos o trabalho diário de mobilização, de unificação dos explorados por detrás das reivindicações comuns e de elevação política das massas quanto à natureza da crise e à necessidade de destruir o sistema de exploração do trabalho (o capitalismo).

Sob pressão da crise e da consequente política patronal de descarregá-la sobre os assalariados, a direção burocrática abandona

NACIONAL



as reivindicações essenciais (emprego e salário) e passa a trabalhar mais intensamente contra os instintos de revolta das massas. Acentua a política de colaboração de classe, cujo conteúdo se resume na idéia de que a classe operária deve ajudar o patrão a sair do buraco para manter seus

empregos. Logo vemos o que isso significa na prática: deixar de lado as reivindicações, aceitar o aumento da exploração, admitir que o desemprego é inevitável, negociar as demissões, reivindicar do governo a redução de impostos sobre o capital, defender aumento de produtividade etc.

As demissões da Ford foram recentemente uma das maiores provocações contra a classe operária. Isso pela contundência de seu volume. O que poderia impulsionar a luta contra o desemprego, que atinge o conjunto do proletariado. Os metalúrgicos vêm sendo golpeados quotidianamente pela demissões. Ocorre que as demissões da Ford aconteceram sob a política de colaboração concreta do Sindicato Metalúrgico. Marinho já havia selado acordos de redução de salário em nome de preservar empregos. As demissões voluntárias se tornaram uma norma sindical. Enfim, passo a passo a direção de São Bernardo, o que quer dizer a CUT, foi aceitando a exigência dos capitalistas de implantar a tal da "flexibilização do trabalho".

Primeiro a Força Sindical desfraldou a bandeira de que é preciso negociar a crise e aceitar exigências patronais de redução de salários, em seguida a CUT seguiu seus passos. De forma que se implantou uma aliança da burocracia reformista e direitista em torno da aceitabilidade da flexibilização do tra-

balho.

E no caso da Ford? Esta enfim se negou a renegociar o "banco de horas". E o que fazer? A burocracia respondeu justamente com a diretriz da "flexibilização".

Era inevitável algum tipo de ação (assembléia, todos ao trabalho, passeatas comportadas na Anchieta, coleta de dinheiro). Mas esta não poderia extrapolar a linha de conciliação de classe ditada pela diretriz de colaborar com os capitalistas através das fórmulas de flexibilização. A política dos pelegos para o conjunto da classe operária é a de negociar emprego contra salário. Para eles, não se trata de forma alguma de defender a vida dos operários contra toda forma de exploração e opressão de classe. Pelo contrário, a burocracia inculca nos trabalhadores a idéia de que já não é possível defender integralmente suas necessidades e que os interesses dos assalariados estão condicionados pelos interesses dos exploradores. De forma que a sustentação dos negócios dos capitalistas deve ser uma tarefa dos próprios trabalhadores.

Inclusive a crítica ao governo vem no sentido de favorecer os capitalistas envolvidos com a crise de superprodução e com o desmoronamento do seu sistema financeiro em nível mundial. É como se o governo não fosse o governo dos capitalistas. E que as medidas econômico-financeiras, que atingem os interesses particulares de grupos burgueses, não fossem próprias da classe capitalista. Assim, a burocracia tem colocado os sindicatos na órbita das necessidades (lucro, exploração do trabalho, mercado) deste ou daquele grupo ou ramo industrial. Servem de instrumento para manobrar a classe operária por detrás da política patronal.

O movimento da Ford padecia desta diretriz. A burocracia direcionou a revolta dos operários para a linha dos acordos de flexibilização e de "pacto produtivo", em que o governo reduz impostos, juros etc e os operários aceitam perdas salariais, um certo nível de demissão etc.

A resposta classista de ocupar a Ford, impor o controle da produção, convocar a assembléia geral para organizar a luta geral contra o desemprego, levantar a bandeira de nenhuma demissão, emprego a todos implantando a escala móvel das horas de trabalho e organização de um movimento nacional por este programa se confronta com os acordos de "flexibilização" e com toda orientação

de colaboração de classe. Objetivamente, esta resposta se mostrou necessária. Porém, os metalúrgicos estavam submetidos à política pró-patronal da direção, que a disfarça com a idéia da possibilidade de conservar os empregos aceitando as medidas capitalistas de "flexibilização". A manobra arquitetada entre a direção da multinacional e do sindicato para suspender por alguns dias as demissões e promover as demissões voluntárias foi a fórmula encontrada para salvar a linha da burocracia de não romper no ABC o pacto da flexibilização, que se tornou uma tábua de salvação da própria burocracia.

Dada a contundência da crise e do desemprego, ou se organiza a luta independente e revolucionária do proletariado ou se encontra meios de praticar conjuntamente os pactos pró-patronais capazes de ludibriar os trabalhadores. A burocracia sindical, por ser um apêndice da política burguesa, está obrigada a se socorrer das migalhas capitalistas, que se tornam cada vez mais escassas devido ao avanço da desintegração do sistema econômico.

A demissão na Ford se constituiu em uma ruptura desse pacto burocrático-patronal alcançado na Volks, Mercedes etc. A direção sindical ficou em uma posição difícil: teria de responder aos operários revoltados e mostrar ao conjunto da burguesia que o pacto sindical-patronal não pode ser comprometido, caso contrário virá a explosão social. O que traz perigo para a política de colaboração de classe. Ou seja, os instintos revolucionários dos explorados (ação coletiva sob o método da luta de classe) se voltarão contra os capitalistas e consequentemente contra ela própria.

A direção da Ford não tinha e não tem intenção de destroçar essa aliança da burocracia com o capital, uma vez que é importante para a situação de agudização da luta de classe nacional e internacionalmente. No entanto, a crise de superprodução, a perda de mercado e a necessidade de sustentar a lucratividade a obrigaram a tomar uma medida de choque. Tem necessariamente de demitir. Sob pressão da resistência, mesmo que passiva e direcionada ao pacto, admitiu manobrar os operários para atingir seu fim e deixar transparecer que o pacto sindical-burguês deve continuar. Como se pode ver, as manobras para evitar a ruptura do pacto se voltam contra o conjunto da classe operária.



Houve ocupação da Ford?

O jornal Sem-Terra afirmou: "Desde o dia 5 de janeiro, os operários - empregados e demitidos - ocupam a fábrica e assumem os seus postos de trabalho." O panfleto do PCO diz: "Depois de tentar, sem sucesso, efetivar a dispensa de 2.800 operários que, as vésperas do Natal receberam carta de demissão; de tentar, sem êxito, dividir os trabalhadores impedindo o funcionamento da fábrica; **de tentar, sem resultado, acabar com a ocupação da fábrica pelos operários demitidos e ameaçados de demissão** (...) Em outra passagem: "Os companheiros da Ford já mostraram qual o caminho: **A UNIÃO DE TODOS OS TRABALHADORES E A OCUPAÇÃO DA FÁBRICA.** Foi a ocupação que impediu que se consumassem as demissões. (...) (18/1)

Estas afirmações desconhecem totalmente a manobra da burocracia sindical que transformou a decisão de

ocupação em entrarem todos para trabalhar. Ocupar é controlar a fábrica - princípio de controle operário da produção. Trata-se de uma medida de força contra a propriedade privada dos meios de produção. A real decisão foi de entrar para trabalhar e não ocupar. Tanto é que a direção da Ford simplesmente impediu o funcionamento das máquinas e os operários foram para casa. Ao contrário, na ocupação os operários controlam a fábrica em detrimento do seu dono.

Depois desse gesto de entrar para trabalhar - que PCO chamou de ocupação - e da decisão da Ford de não funcionar a fábrica o que aconteceu? Os metalúrgicos não mais tiveram acesso ao interior da fábrica, só podendo usar o pátio para as assembleias. Então houve ocupação e desocupação? PCO fica calado sobre isso. Qual foi a denúncia de PCO pelo fato da burocracia ter desmontado a

tal da ocupação? Nenhuma. A verdade é que a Ford não chegou a ser ocupada. E a crítica à burocracia é por ter manobrado para evitar a real ocupação. Onde fica a colocação de que **"foi a ocupação que impediu que se consumassem as demissões"**?

A falsa colocação de que houve ocupação embeleza a burocracia reformista. A atuação de PCO no movimento da Ford foi o de cuidadosamente não se chocar contra a direção traidora. Isso explica por que maquiou a tal da ocupação e não fez nenhum ataque à direção. Os seus dois panfletos demonstram essa conduta de adaptação.

Por que diretores do sindicato metalúrgico agridem militantes do POR e destroem panfletos?

No final da assembleia de 25/1, quando o POR ainda distribuía seu panfleto e discursava para os operários, de surpresa dois diretores do sindicato, protegidos por seguranças, passaram a agredir fisicamente e arrancar à força os panfletos. Gritavam que só admitiam apoio e que o POR era oportunista pelo fato de atacar a direção do movimento e pretender dar uma direção à luta.

Por que tanta raiva e apelo à violência contra a militância porista? É que nossos panfletos denunciaram a falsa ocupação e defendiam a greve com ocupação de fábrica. Mostramos aos operários que a burocracia manobrava e direcionava a resistência para a derrota.

Eis algumas das passagens de nossos panfletos: **"Essa entrada diária no local de trabalho não é a real ocupação da fábrica pelos operários. A greve com ocupação de fábrica é quando os operários entram e passam a decidir quem e o que entra e sai da empresa. Assumem uma posição de força diante dos capitalistas, conquistada com sua unidade na luta."** (...) Nesse mesmo panfleto (14/1): **Nem demissão, nem redução salarial! Para barrar as demissões é preciso: Greve com ocupação de fábrica! Pelo controle operário da produção! Pela escala móvel das horas de trabalho! Generalizar o movimento, paralisar todas as fábricas!**

No panfleto de 25/1: **É preciso a ocupação de fábrica verdadeira!** Repletimos a denúncia de que a direção impediu a real ocupação. Na assembleia de 3/2, quando se votou aceitar a proposta da Ford de abrir as demissões voluntárias, o POR denunciou a posição da direção sindical. E defendeu: **4. Que a assembleia aprove novas formas de luta e resistência, caso a Ford não aceite a volta de todos ao trabalho. Defendemos a greve com ocupação de fábrica e que o sindicato convoque uma assembleia geral de todos os metalúrgicos para engrossar o movimento na Ford contra as demissões e a miséria.** Ao mesmo tempo, denunciemos a direção sindical de não abrir a palavra para que as bases expressassem suas propostas. **5. Que a diretoria do sindicato abra a palavra para que os operários de base digam sua opinião sobre o acordo e os rumos do movimento.**

Mostramos anteriormente o conteúdo pró-patronal da política do reformismo e do burocratismo sindical. O problema está em combatê-lo em cada situação concreta. A atitude de não confrontar a burocracia, como fazem em geral as inúmeras correntes de esquerda, acaba por reforçar a dependência do movimento operário à direção corrompida. A superação da crise de direção, que caracteriza a atual situação, só será possível elaborando o programa da revolução pro-

letária, praticando o método do Programa de Transição, combatendo as influências da política burguesa no interior do movimento e organizando a vanguarda revolucionária.

A burocracia reagiu com violência contra o POR porque viu que as denúncias de sua política de conciliação e a defesa de propostas classistas para o movimento operário cedo ou tarde fortalecerão a tendência revolucionária do proletariado. É bom lembrar que nenhuma das correntes de esquerda que estiveram presentes no movimento da Ford denunciou o ataque dos burocratas vendidos contra nossa militância. A defesa da democracia operária e a condenação da violência aplicada no interior do movimento social contra qualquer corrente que se reivindica classista e revolucionária é parte da tarefa de superação da crise de direção.



Boletim do POR distribuído na assembleia da Ford

**Não aceitamos nenhuma demissão,
nem redução salarial!
A greve geral com ocupação de fábrica
em todas as montadoras é a forma de
defender o emprego e salário de todos!**

Nacional

No último dia 03/02, a Ford propôs a suspensão de 2 mil demissões anunciadas às vésperas do Natal, em troca da volta ao trabalho, de um programa de demissões voluntárias e do aguardo das negociações com o governo sobre a redução de IPI. Passadas mais de duas semanas, volta-se a discutir o que fazer, porque 1543 trabalhadores não aderiram ao Programa de Demissões Voluntárias. Perto de 500 funcionários escolheram o caminho da demissão. A Ford coloca em discussão o que fazer com os outros mil e quinhentos. O que isso nos mostra?

1º) Que a suspensão das demissões não é a mesma coisa que o cancelamento dessas demissões. Para a Ford, na verdade, é um adiamento. Por isso, a empresa coloca novamente a discussão sobre as demissões, como uma ameaça aos trabalhadores.

2º) Que o acordo de suspensão das demissões foi utilizado pela Ford como uma manobra para pressionar os operários a aderirem às de-

missões voluntárias e voltarem ao trabalho.

3º) A imposição da demissão voluntária a esses 500 companheiros enfraquece o movimento contra o desemprego.

4º) As montadoras já reajustaram várias vezes os preços dos veículos. O acordo do IPI (se sair) dará o desconto do imposto às multinacionais, que aumentarão ainda mais seus lucros prosseguindo com as demissões e os ataques aos salários e direitos trabalhistas.

Surgiu uma nova proposta, de rodízio entre os operários, reduzindo os salários de quem estiver em casa. Essa proposta ataca os salários dos operários e preserva os lucros da empresa.

É preciso entender que a garantia do emprego e salário dos trabalhadores só pode se dar com a redução dos lucros da empresa. E que a preservação dos lucros da empresa só pode se dar atacando o emprego e salário dos operários. Nem a Ford nem as outras empresas reduzirão seus lucros de graça, nas mesas de negociação. Somente um movimento forte dos trabalhadores pode obter isso. E essa força do movimento depende da unidade, da paralisação da produção e da ocupação das fábricas.

Os programas de demissão voluntária, redução salarial etc. enfraquecem os trabalhadores e abrem caminho para mais demissões. Nossa resposta tem de ser:

- Nem demissões, nem redução salarial! Controle operário da produção e escala móvel das horas de trabalho (divisão do trabalho disponível entre todos sem redução de salários).

- Readmissão de todos os demitidos. Não ao programa de demissões voluntárias, que nada têm de voluntárias e servem de instrumento de pressão patronal.

- Nenhum carro deve sair da fábrica até a Ford reverter todas as demissões!

- Unidade entre empregados e ameaçados de demissão!

- Chamar já uma assembleia geral metalúrgica para decidir por:

Greve com ocupação de fábrica em todas as montadoras, para defender emprego e salário!

Pela Escala Móvel de Horas de Trabalho e pelo Controle Operário da Produção!

- Os sindicatos e a CUT têm de chamar assembleias em todos os setores para organizar o apoio e se unirem ao movimento de defesa do emprego e salário!

- Todo apoio à luta dos trabalhadores da Ford!

Cegonheiros engrossam movimento na Ford

Os transportadores autônomos de veículos, conhecidos como cegonheiros, decidiram participar do movimento dos trabalhadores da Ford contra a reestruturação que está em marcha na empresa, e que os atinge duramente.

Desde janeiro, estão em luta contra uma licitação promovida pela Abradif (associação das distribuidoras da marca Ford), que foi vencida pelo consórcio Cotia Penske/Autoport. Este ficaria com a maioria (o filão) do transporte dos veículos da Ford, e deixaria 500 cegonheiros sem ter o que transportar. O pior é que a maioria desses cegonheiros acaba de trocar de veículo, e estão envidados por isso.

A unificação do movimento fortalecerá a luta. Depende de compreender a necessidade de travar a luta contra os planos da empresa com os métodos da classe operária: greves, bloqueios de vias, ocupação da empresa etc.

22/02/99

O PT quer chamar manifestações apenas para sensibilizar o governo

Luís Inácio Lula da Silva participou da gravação do "Programa Livre" do SBT em Salvador chamando a platéia (cerca de 200 jovens) para sair às ruas. E qual sua intenção?

O próprio Lula explica ao mostrar a necessidade de se fazer alguma coisa contra a recessão que a política pró-imperialista nos impõe: "Precisamos sensibilizar este governo a ouvir opiniões, porque, do con-

trário, não sairemos da crise". É incrível como numa situação onde os ataques às condições de vida dos trabalhadores são tão brutais, o PT e as direções da CUT submetidas a este, jogam um papel traidor, se aliando a um setor da burguesia nacional descontente com a política ditada pelo FMI e aplicada por FHC.

A idéia é dar um caráter exclusivo de pressão parlamentar às manifestações, colocando a responsabilidade pela aprovação das medidas ao corrupto congresso, talvez para que se aprovem algumas migalhas. Só que, até agora, quem conseguiu arrancar bem mais que migalhas foram os capitalistas. Para os explorados, só se aprova-

ram cortes de direitos.

Com esta política entreguista, o PT se mostra de joelhos frente às medidas adotadas por FHC.

Essa política entrava a luta de classes e deve ser rechaçada. O caminho é impulsionar as manifestações para fazer um movimento dos trabalhadores independente da burguesia sob a bandeira da Greve Geral por tempo indeterminado, para que não se tenha nenhuma demissão, pela escala móvel das horas de trabalho, pelo salário mínimo real.

Fora FHC/ FMI!

Que só os capitalistas paguem pela sua própria crise!



O PSTU ilude com a moratória de Itamar e falseia sobre a traição de Luís Marinho

Em seu panfleto de apresentação aos calouros na USP e num manifesto distribuído aos operários, o PSTU sintetiza a essência de sua política atual. De um lado, apóia a moratória de Itamar e se abisma pelo fato dos governadores do PT não fazerem o mesmo. De outro, elogia e apóia a política da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo em relação às demissões na Ford.

Diz o PSTU: "Os governadores do PT também já tinham que ter declarado moratória. Não dá para aceitar que o Itamar, em quem ninguém confia, com uma moratória tímida e parcial, seja quem mais fez papel de oposição nos últimos dias." (Juventude do PSTU na USP). E "A moratória de Minas foi um primeiro passo para a ruptura com o pagamento das dívidas externas e internas". (Manifesto do PSTU aos operários).

Para o PSTU, os governadores do PT tinham de declarar moratória. Mas esse mesmo PSTU não denuncia o PT e seus governadores por continuar pagando a dívida. E o que é pagar a dívida? O PSTU responde: "Pagar a dívida dos estados significa não só bancar os juros de FHC/FMI, mas retirar as verbas da educação, da saúde, enfim, da população." Por que não diz diretamente que os governadores do PT estão retirando as verbas da saúde e educação para pagar juros? Porque não pode atacar o PT, tendo em vista as alianças eleitorais futuras?

Ao mesmo tempo em que defende que os governadores do PT façam como Minas Gerais, pois considera a moratória mineira como um passo para a ruptura com o pagamento das dívidas externas e internas, critica a timidez e parcialidade da atitude de Itamar Franco. Trata-se de um embelezamento do não pagamento de parcelas da dívida por Minas. Itamar jamais manifestou disposição política de romper com o sustento do parasitismo financeiro pelas dívidas públicas. O fato é que se encontrou numa situação em que pagar se tornou impossível. O mesmo ocorre com outros estados, só que esses outros

ficam de bico fechado e não fazem bravatas. A moratória mineira não é, nunca foi nem será um passo, nem meio, no sentido da ruptura com o pagamento das dívidas. Alimentar qualquer ilusão nesse sentido é distrair as massas da real necessidade de luta antiimperialista, que só poderá se dar em choque com a burguesia nacional submissa. Colocar o movimento de massas a apoiar a moratória de Itamar (ou as improváveis dos governadores do PT), como pretende o PSTU, é permitir que as mobilizações sejam utilizadas como elementos de barganha na crise entre as frações capitalistas. O movimento operário, popular, camponês e estudantil devem lutar por suas reivindicações preservando sua independência política em relação a todas as frações burguesas.

Apesar de todo confete jogado, o PSTU ainda afirma que em Itamar ninguém confia. No entanto, lhe confere o título de "quem mais fez o papel de oposição nos últimos dias". Omitte, também, o caráter burguês da oposição.

Maus motivos para apoiar Marinho na Ford

Diz o PSTU: "Depois de tudo isso a empresa (Ford) também recuou, reverteu as demissões e os operários foram afastados temporariamente, com abertura de um PDV (Plano de Demissões Voluntárias) até o dia 18. No dia 22 haverão novas negociações. [...] Os companheiros que estão afastados devem continuar a luta com reuniões e manifestações de rua."

O PSTU elogia o acordo da Ford que suspendeu (e não reverteu) por dez dias as demissões, dividiu o movimento entre os que estão trabalhando e os que estão afastados e aplicou as malfadadas demissões voluntárias, que resultaram em mais 500 demissões e na retomada das discussões sobre como "administrar o excedente" (para os burocratas do sindicato, os 1550 trabalhadores ameaçados de demissão são um "ex-

cedente"), conforme afirmou Luís Marinho em assembléia na montadora. Esse acordo não é nenhuma "vitória parcial", como afirma o PSTU, mas uma grande derrota, porque enfraqueceu o movimento e abriu caminho para mais chantagens da multinacional.

É vergonhosa a prostração do PSTU diante da ameaça de demissão dos metalúrgicos, propondo que os afastados façam um movimento próprio, separados daqueles que estão na produção, na luta pelo emprego. Sua defesa da unificação feita logo a seguir perde o sentido, pois já é rompida no interior da própria fábrica.

Há uma explicação para tamanho seguidismo à burocracia reformista. É que em São José dos Campos, o sindicato metalúrgico, que conta com grande influência do PSTU, também fechou junto à GM um acordo de licença remunerada de 10 dias e plano de demissões voluntárias. A direção sindical integrada pelo PSTU agiu tão mal como o reformista Luís Marinho em São Bernardo. Por isso, embora o PSTU desejasse apenas ficar quietinho sobre o acordo traidor na Ford, a situação o obriga a elogiá-lo. Ainda que seja elogiar um caminho que levará a mais derrotas da classe operária.

E ainda pregam aos estudantes que sigam esse caminho. Ai deles se seguirem o conselho do PSTU...

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Crítica à tese da ASS (Alternativa Sindical Socialista) para o Congresso da CNTE

No Massas 167 analisamos as principais idéias expostas pela ASS sobre o socialismo. Demonstramos que essa corrente é uma variante da política social-democrata, por isso ora se soma com a Articulação, ora com os setores mais centristas, a exemplo do PSTU. No item 1, explicamos o chamado "socialismo democrático, revolucionário e humanista". Concluímos que a ASS é uma corrente inteiramente adaptada ao reformismo petista, que considera possível humanizar o capitalismo com remendos. O socialismo defendido é aquele obtido de forma gradual e pacífica. Consequentemente, está obrigada a negar o programa de expropriação revolucionária dos meios de produção, a estratégia da tomada do poder do Estado e da ditadura do proletariado.

ASS: uma variante da política social-democrata

2. "Brasil um país historicamente dependente e subserviente aos interesses das elites internacionais"

A ASS parte do pressuposto de que o neoliberalismo surge da crise econômica e que os impactos sobre o Brasil são devastadores, pelo fato de ser um país "dependente e subserviente aos interesses das elites internacionais". Essa afirmação aparentemente correta esconde dois problemas: 1) O neoliberalismo como a estratégia utilizada pelos países imperialistas sobre a maioria das nações semicoloniais, a exem-

plo do Brasil. Assim, a crise de superprodução impõe a ofensiva das potências sobre as economias mais atrasadas, descarregando com mais intensidade a quebra de forças produtivas, como forma de proteção do capital monopolista e das fronteiras nacionais imperialistas; 2) O Brasil como nação semicolonial, portanto oprimida pelo imperialismo. Dessa forma, a agudização da crise torna a já frágil soberania dos países semicoloniais cada vez mais violada. Os planos impostos de fora para dentro, opostos às reais necessidades desses países, são provas evidentes.

O conceito de "elites internacionais" obscurece o caráter imperialista da burguesia metropolitana. E, por outro lado, omite a opressão nacional, substituindo-a pela vaga caracterização de subserviência, que na realidade expressa a condição de países opressores (imperialistas) e países oprimidos (semicoloniais). Ao retirar o conteúdo de classe social e de Estado nacional, a ASS se equipara aos reformistas e aos ideólogos da burguesia. Ao não considerar o imperialismo como etapa superior do capitalismo e de decomposição, a ASS está obrigada a desconsiderar as tarefas de libertação nacional, como parte da revolução proletária, e a luta antiimperialista dirigida pelo proletariado.

Como não vê a questão da opressão nacional e o caráter semicolonial do Estado brasileiro, a ASS se limita a responsabilizar Fernando Henrique Cardoso pela situação de crise em que vive o país. Analisa como se fosse um problema de "irresponsabilidade" de governo, quando FHC queimou da noite para o dia bilhões da reserva cambial, privatizou as estatais, sucateou o serviços públicos etc. E como a questão é de responsabilidade, é necessário um outro governo. É nesse sentido que apresenta duas saídas para a crise: 1) "Uns querem reforçar o que há de mais cruel no modelo anterior e atual. Querem reforçar a barbárie capitalista"; 2) "Outros, pelo menos, querem um mundo com menos desigualdades e mais justiça social". Os "uns" são o governo e os especuladores e, os "outros", a "União do Povo-Muda Brasil". Dizemos isso porque a ASS diz que o povo quer mudanças, não é "conservador", mas não conhece o "nosso projeto" (esse da União do Povo), para "construir isto a partir da chegada de Lula ao Palácio do Planalto". Eis aí com clareza a defesa da "irresponsabilidade" daqueles que querem a barbárie e a "responsabilidade" de se conhecer o projeto que levará Lula ao poder. Portanto, a via da solução da crise brasileira está na eleição de Lula, através de uma frente com todos aqueles, inclusive com setores burgueses, que enxergam no projeto União do Povo a perspectiva de "menos desigualdades e mais justiça social".

Analisemos ainda as formulações "modelo anterior e atual" e "menos desigual-

dades e mais justiça social". Trata-se de uma visão pequeno-burguesa liberal diante da crise histórica do capitalismo e do avanço da opressão imperialista. Não se trata de "modelo" mas do esgotamento do sistema de exploração do trabalho e de opressão nacional, que se converte em crise estrutural e barbárie social. A tese de um governo petista e frentepopulista (União do Povo) que conduza a um novo "modelo" de "menos desigualdade e mais justiça social" refere-se a um capitalismo reformado. A tese marxista, portanto socialista, é antagônica à idéia liberal burguesa de "menos desigualdade e mais justiça social". O objetivo do comunismo é extinguir as classes sociais e não reduzir a desigualdade entre as classes. Está aí mais uma prova de nossa refutação à farsa do socialismo democrático e humanitário da ASS.

Essa corrente conclui sua tese se apoiando novamente em Chesnais, dizendo que não basta a denúncia passiva da ditadura dos credores. "É preciso repudiar a dívida pública: não vejo chance alguma de romper com o programa neoliberal sem acertar as contas com o 'rentismo' e apresentar outras saídas". Significa que a oligarquia financeira é a única responsável pelas mudanças desastrosas no país. Não é por acaso que a ASS adota a expressão "ditadura dos credores". Como se a fração financeira da burguesia estivesse descolada da fração industrial e atuasse em detrimento desta. Por isso, a saída apresentada pela ASS é a do afastamento da fração financeira e do governo qualificado de "irresponsável", que se instalaram no poder do Estado. O governo da União do Povo seria a alternativa de poder sem destruir o Estado capitalista. Apesar da omissão, essa posição pressupõe o fortalecimento da fração industrial.

O programa de "oposição ao neoliberalismo" se limita a defesa do emprego, dos direitos dos "despossuídos" e da suspensão das privatizações (não coloca a reestatização). Portanto, um programa mínimo para a frente popular chegar ao poder do Estado, através de alianças com alas da burguesia dita progressista e do voto. A estratégia exposta pela ASS se resume no conceito "alternativa". Significa arrastar os trabalhadores a apoiarem um governo qualificado de democrático e popular. Tal fórmula de poder "alternativo" obrigatoriamente é de conteúdo burguês. Não se trata de um governo revolucionário do proletariado, apoiado na maioria nacional oprimida. O governo democrático-popular é fruto de eleições, está na dependência da democracia burguesa e das alianças policlassistas.

(Observação: no Massas 169 estaremos dando continuidade a nossa crítica às teses da ASS)



Universidade: ou os estudantes se levantam ou a educação será esmagada

Foi no ano de 1998 que o governo conseguiu dar maiores passos na sua reforma educacional destruidora do ensino público e privatista. Manteve os salários de professores e funcionários congelados, impôs as malfadadas "gratificações" e as avaliações de desempenho, obrigou a implantação das reformas curriculares com claros propósitos de ajuste dos cursos à falta de professores, e assim por diante.

O acordo com o FMI implicou em mais cortes das verbas da educação, que já colocaram a paralisação de vários projetos de pesquisa, e o anúncio de que nenhuma nova bolsa será concedida em 1999. Em 1998, já aconteceu o não pagamento por universidades federais de contas de serviços básicos (água, luz etc.) por cortes de verbas. A aprovação da reforma da previdência causou nova onda de aposentadorias precoces de professores. A imposição do projeto governamental de "gratificações", na verdade congelamento salarial, vai acentuar a migração de mestres rumo ao ensino privado. A falta de professores não será compensada, e os cursos estão sendo adaptados pelas reformas curriculares, que impõem um despencar da qualidade do ensino. O governo ainda estuda meios de impor rapidamente a cobrança de mensalidades, para tentar tapar os buracos causados pelo favorecimento aos especuladores. Esse é o quadro que aguarda a educação pública em 1999.

Combater os cortes de verbas significa chocar-se contra o pacote FHC/FMI. Não é possível um sem o outro.

Os "sem-aulas"

As burocracias que dirigem as universidades têm procurado adaptar-se à falta de verbas e de professores. Algumas cortam vagas já nos vestibulares. Outras aproveitam as reformas curriculares para concentrar a evasão logo no primeiro ano.

Há ainda as que estão excluindo matrículas em disciplinas (até mesmo nas obrigatórias) para reduzir o número de alunos por sala. Essas medidas estão jogando os estudantes para fora das salas de aula, ampliando o tempo necessário para a formatura, destruindo o ensino. E criando uma massa de estudantes que, ainda que sejam universitários, estão sem vagas, sem aulas.

Trata-se de uma situação geral, que antes atingia alguns cursos, mas hoje se generalizou e tende a se impor de modo absoluto. Ou se combate essa linha de expulsão dos alunos das salas de aula ou se permitirá a destruição do ensino público de modo gradativo.

O ponto de partida para essa resistência é a clareza nas reivindicações, que é o que pode dar unidade e a correspondente força aos estudantes. Primeiro, é preciso rechaçar o corte de verbas. Nada de tirar dinheiro da educação (ou de qualquer outro serviço público, como saúde e previdência) para entregá-lo aos especuladores. O governo, cnicamente, se propõe a negociar, partindo do princípio de que no dinheiro voltado ao sustento do parasitismo não se mexe. Há direções que aceitam essa premissa e se dispõem a negociar os cortes. Esse é o caminho da derrota, porque desde o início divide o movimento, jogando uns contra os outros, professores contra estudantes, estudantes contra funcionários, funcionários contra médicos e assim por diante. A unidade entre todos estes é o que pode dar força ao movimento contra os planos do governo. E a condição para essa unidade é a defesa firme de suas reivindicações, o que implica num choque contra o governo e os capitalistas.

As reivindicações ligadas à necessidade das aulas e vagas estão em contradição aberta com a política governamental. Impulsionar as lutas e a unificação por essas

reivindicações levará à conformação de um movimento nacional de defesa da universidade pública. Limitar o movimento à pressão ao redor das negociações com a burocracia, governos estaduais e federal levará à derrota. O apoio da UNE e a mobilização de estudantes para apoiá-lo é um passo atrás.

Particulares: coloca-se a questão da estatização

As universidades particulares estão enfrentando as conseqüências do agravamento da crise econômica: estima-se em 40% o número de alunos inadimplentes. Na PUC-SP, por exemplo, é precisamente esse o índice. A Fundação não pagou até agora o 13º salário de professores e funcionários, o salário de janeiro foi pago com atraso etc. Os alunos se organizaram desde o ano passado para reivindicar a redução imediata das mensalidades e se colocou em debate a questão da estatização da universidade. Este é um problema que tende a se espalhar por todas as universidades privadas. O movimento estudantil, os professores e funcionários devem se colocar pela estatização sob controle da comunidade universitária.

OPERAÇÃO
Educação



Prefeitura de Fortaleza continua seus ataques à educação

Na última semana de janeiro, a Prefeitura de Fortaleza (Juraci/PMDB) anunciou a redução da carga horária pela metade aos 1660 professores da rede municipal que ensinam na educação infantil e fundamental.

Esta medida significa o corte dos aditivos, que permitiam a Prefeitura dobrar a jornada de trabalho e o salário destes professores. A Prefeitura alega que, num período de apenas um mês sem concurso público, irá preencher essa carga horária com a contratação temporária de novos professores. "Esta medida também pretende impedir o cumprimento da "Lei Cambraia", que determinava a incorporação do aditivo no contra-cheque dos professores com tempo integral após 60 meses do contrato" (jornal O Povo,

29/01/99). Quando muitos professores já estavam próximo de completar o período para implementação da referida lei.

Os resultados desta medida são que a incorporação de novos professores despreparados, faltando poucos dias para iniciar as aulas, só prejudicará os alunos. Mas o que está por trás desta medida também é a politicagem. É que como não haveria concurso público para contratação desses professores, essa medida deve ser mais uma oportunidade para o jogo de interesses e a política de apadrinhamento dos políticos burgueses ligados à prefeitura, principalmente os candidatos a vereador nas próximas eleições.

Enquanto isso, a direção do Sindiate (Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação, dirigido pelo PART e PT/OT (O Traba-

lho) se resume a pressionar a prefeitura e a criticar a medida como inconstitucional, pois para ela "está claro na Constituição que a contratação deve ser feita por concurso público de provas e títulos".

O POR (Corrente Proletária na Educação) entende que é hora de construir a mobilização da categoria para combater a política pró-imperialista de Tasso e Juraci. Esse combate passa pela superação da política democratizante, centrista e pró-burguesa dessas direções sindicais.

Prefeitura de Natal aplica a Reforma antinacional e antipopular de FHC

A prefeita de Natal, Vilma de Faria (PSB/PFL), aprovou na Câmara de Vereadores, no início de fevereiro, a reforma administrativa, que tem como

essência: 1) Demissão de servidores municipais, com a aprovação da avaliação desempenho e a extinção de vários órgãos; 2) Redução salarial com a retirada de gratificações e incorporações. Um dos setores que será imediatamente prejudicado é a saúde. Isso porque os trabalhadores perderão boa parte dos salários. Mesmo assim a prefeita irá demitir servidores, com o argumento de que é preciso reduzir a folha de pagamento do pessoal.

Além de rebaixar os salários, a prefeita, ligada à oligarquia corrupta nordestina, aprovou também a proposta que aumentará de 13 para 32 cargos comissionados no gabinete da Secretaria Municipal de Educação e a criação de 65 funções gratificadas no gabinete, que variam de 50 a 400 reais. E reformulou critérios de gratificação de Diretor, possibilitando elevação. Outro ponto, que também ataca diretamente os direitos sociais dos servidores, foi a aprovação de aumento do desconto da Previdência de 8% para 12%, para os que recebem acima de 500,00 reais. Instituiu a contribuição aos aposentados e pensionistas acima de 500,00 reais.

Essas medidas fazem parte do Plano mais geral pró-imperialista do governo FHC. Num dos Estados mais pobres da federação, em que a miséria dos trabalhadores chega à barbárie, a aplicação desse plano antinacional e antipopular resultará em ampliação do atraso econômico e social do Rio Grande do Norte. Eis por que a luta contra a reforma de Vil-

ma/Garibaldi é parte do combate ao governo FHC.

Fórum Municipal dos Servidores teve um papel importante, mas recuou

Durante o processo de votação da reforma, pela Câmara dos Vereadores, ocorreram importantes manifestações. Uma delas foi a ocupação do plenário da Câmara no 1º dia previsto para a votação da reforma. As passeatas e panfletagens nos bairros populares e praias foram manifestações dirigidas pelo fórum.

Porém, dois erros políticos, por parte desse movimento, facilitaram a aprovação da reforma. 1) Não foi capaz de ampliar a radicalização do movimento, mesmo com a saúde já em greve. Ao não propor a greve de todos os servidores municipais contra a reforma privatista e demissão dos funcionários, deixou o governo municipal de mãos livres para impor à Câmara a reforma. Os servidores da educação, que ainda estavam em férias, deveriam ser convocados amplamente para a adesão ao movimento grevista, pois o início do ano letivo já estava prestes a começar; 2) Conduziu toda a luta para a Câmara (Parlamento), criando ilusões de que a pressão sobre os vereadores poderia modificar o voto daqueles que estavam comprometidos com a aprovação da reforma e a corrupção do executivo municipal.

A responsabilidade do PT e do PCdoB

Essa política de pura pressão parlamentar e de limitar as manifestações esteve sob a direção dos reformistas do PT (seus vereadores), com o auxílio dos vereadores estalinistas do PCdoB. Os reformistas e estalinistas, que constituem um frente oposicionista, têm levado o movimento a um beco sem saída. A razão disso está em que estas correntes políticas, que têm maior influência nos sindicatos, apoiam-se na defesa estratégica da democracia burguesa e das eleições como instrumento de poder. Dessa forma, estão obrigadas a submeter os movimentos ao método da limitada pressão parlamentar. Arrastam os trabalhadores por trás das manobras que visam modificar os projetos governamentais (neoliberais) através de emendas legislativas.

PSTU vacilou diante do reformismo petista

O PSTU, que corretamente convocou e deflagrou a greve na saúde, acabou capitulando aos erros políticos do

Fórum. Um deles foi concordar com os petistas e estalinistas com a saída dos manifestantes da ocupação do plenário da Câmara, para que houvesse, posteriormente, a apresentação de emendas às reformas, pelos vereadores da "Frente Popular". Acabou assim, indiretamente, defendendo as tais emendas que na sua essência não alteravam o brutal ataque aos servidores.

Essa posição do PSTU, apesar a militância se mostrar radicalizada nas manifestações e nas palavras de ordem, expressa o quanto o centrismo dessa corrente está comprometido com o reformismo petista. A substituição do método da ação direta pelo da pressão parlamentar, condicionando a mobilização ao apoio às emendas, fatalmente esvaziaria a greve da saúde e impediria que esta pudesse servir de eixo para a unidade de todos os servidores municipais. A conduta do PSTU de se aliar à posição do PT/PCdoB em suspender a ocupação mostrou o quanto essa corrente centrista é suscetível às pressões dos reformistas e estalinistas, que via de regra comparecem em sua política como aliados.

A posição do Partido Operário Revolucionário

O POR atuou no Fórum e nas manifestações com o panfleto: "Abaixo as reformas de FHC, Garibaldi e Vilma". O conteúdo central do panfleto era a denúncia da reforma como parte das medidas que vêm sendo impostas em todo o país por FHC/FMI. Fazia um chamado aos servidores a não acreditarem na farsa das negociações e na possibilidade dos vereadores derrubarem o pacote. Conclamava a abrir em os olhos frente à política reformista do PT e da burocracia sindical e defendia que a via correta para combater os ataques da reforma era a ação direta (greves, ocupações, piquetes e manifestações).

O apoio à política reformista, por parte dos servidores, se deve ainda a pouca penetração do POR no movimento. Por isso, a construção da fração revolucionária nesse movimento é tarefa da militância classista, que vivenciou e vivencia os resultados da política reformista. Essas experiências acabarão por convencer a vanguarda e as massas trabalhadoras do papel prejudicial do reformismo, do estalinismo e do centrismo. A violência da reforma obrigará os trabalhadores a novas manifestações. Trata-se de continuar o trabalho sistemático de organização e de combate às direções conciliadoras.

Movimento Operário



Prefeito de Ceará-Mirim (RN) processou o dirigente da regional de professores, João Maria F. da Silva

O prefeito Roberto Pereira Varela (PFL) abriu um processo de denúncia-crime contra o dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), de Ceará-Mirim. O prefeito, no dia 14 de agosto de 1998, realizou uma reunião sobre o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e o Plano de Carreira do Magistério. O objetivo era comunicar aos professores que a Prefeitura estava concluindo os estudos do Projeto lei sobre a criação do Plano de Carreira do Magistério. Quando foi questionado pelo professor João Maria, que o denunciou por não dizer a verdade sobre os valores repassados pelo Ministério da Educação, relativos ao Fundef, e que não respeitava os direitos dos professores, o prefeito recorreu à Justiça para incriminá-lo.

Em pouco tempo, a Justiça, a mando do prefeito, armou um processo "exemplar", que tem como centro a punição do dirigente dos professores. De executor do Plano de destruição da carreira e de demissão de professores, o prefeito passou à condição de vítima. Assim diz no processo: "Surpreso diante daquela agressão, gratuita e sem qualquer justificativa, considerando-se que, antes ou depois do fato em apreço, sequer chegou a discutir com o Suplicado, o Suplicante recebeu a ofensa à sua honra sem reagir, dada a forma como a mesma foi perpetrada, mormente porque o agressor agiu deliberadamente, com propósito de atingir a sua imagem de homem público, perante toda a platéia". (...) "falando de modo alto e agressivo, virando-se, a todo momento, para o lugar em que o Suplicante estava sentado, à mesa dos Trabalhos". (...) "considerando-se que ao chamá-lo de mentiroso", dizendo que é mentira o que o Prefeito está afirmando no tocante ao Fundef..., o Suplicado agiu de forma consciente, tendo em vista que, pela sua formação cultural, tem a exata dimensão do que significa a expressão mentira". O processo concluiu pelo pedido de incriminação de João Maria.

Na verdade, o prefeito se utiliza desse processo para intimidar os professores e impedir que o sindicato da região denuncie a implantação da reforma destruidora da educação pública e gratuita. O Plano de Carreira prometido pela Prefeitura tem como essência a manutenção do arrocho salarial, a continuidade da estafante jornada de trabalho e a criação de um piso salarial, nos moldes ditados pelo Fundef (não



O prefeito de Ceará-Mirim ataca o sindicato.

mais do que 300 reais). A defesa do dirigente regional contra o prefeito é parte da luta contra a reforma educacional privatista, que vem sendo aplicada em todo o país. O Fundef é a arma usada pelo governo federal para obrigar os prefeitos a assumirem o ensino fundamental. O Plano de Carreira é o recurso utilizado pelos prefeitos para impor o salário de fome, a avaliação desempenho e, consequentemente demitir professores.

Nesse sentido, a defesa de João Maria se fará com a mobilização dos professores, alunos, sindicatos. O Partido Operário Revolucionário tem convocado protestos na região e listas de apoio de sindicatos, que serão encaminhadas ao prefeito, jornais etc.

A campanha iniciada pelo POR já conta com assinaturas dos seguintes sindicatos:

Químicos, Condutores, Sinpeem, Apeosp (Penha, Lapa, Mauá, Diadema), Apropuc.

Rechacemos a denúncia-crime do prefeito! Defendamos o companheiro João Maria!

Abaixo a farsa do Fundef e do Plano de Carreira! Pela escola pública, gratuita, laica e enraizada na produção social!

A Justiça burguesa voltada a silenciar os sindicatos e lutadores

Vemos que o aparato judiciário está orientado a intervir mais ostensivamente como instrumento de repressão. Apesar do absurdo de enquadrar como crime de prisão o questionamento de um dirigente sindical sobre o Fundef e o Plano de Carreira, o prefeito Roberto Pereira Varela contou com a certeza de que a Justiça acataria sua queixa e a utilizaria para os fins pretendidos pela autoridade municipal. Se a greve e as

manifestações são duramente reprimidas pelo Estado, agora se procura impedir inclusive o direito de expressão. Qualquer palavra é motivo para processos e perseguições.

O método de se utilizar do aparato jurídico se tornou comum nos últimos tempos. Lembremos que ainda está pendente a farsa judicial montada contra José Rainha. Em várias ocasiões o governo FHC ameaçou de processo contra declarações de Pedro Stédeli. Isso para citar dois casos notórios. Há que se acrescentar que mesmo dentro do movimento sindical a burocracia tem se utilizado do mesmo recurso. É o exemplo do processo movido pelo presidente da Apeosp (Roberto Felício) contra o professor Antônio Justino, que resultou em condenação. É claro que este exemplo é mais grave, uma vez que se trata do sindicato usando a repressão burguesa. O importante é entender que a repressão legal é parte da repressão física, que leva às chacinas como de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

Trata-se da atuação concreta da ditadura de classe da burguesia contra os trabalhadores e suas lideranças. Conforme a crise capitalista aumenta e a luta de classes se agudiza, essa ditadura se torna mais feroz. A forma de combatê-la é ampliar o movimento de massa e organizá-lo contra a opressão capitalista. Está aí por que o POR tem insistido junto às correntes políticas e militantes sindicais a constituírem os comitês contra a opressão social e política, vinculados aos movimentos sociais.

Denúncia



O partido e sua organização

Prosseguimos a série de textos de formação escritos por G. Lora iniciada no Massas162

Crítica e Autocrítica

A prática diária (que se sintetiza na experiência adquirida pela militância) é a pedra de toque para a linha política e a organização partidária. Da mesma forma que é preciso ir ajustando a linha política, ao calor da experiência, o trabalho organizativo é uma luta constante para superar as dificuldades e as situações novas que se apresentam. A atividade cotidiana gera continuamente erros, que precisam ser retificados durante a marcha, pois só assim se evitará que o Partido termine convertendo-se em uma organização estranha à revolução ou que se paralise.

Temos dito que a elaboração do programa é um processo vivo, não existe um programa que caia do céu totalmente elaborado. Da mesma forma, a evolução política dos militantes é também um processo de mutação, coisa que é muito mais visível quando aparecem frações internas. Deve-se criar as condições adequadas que tornem possíveis esta evolução e que permitam que se cumpra no menor tempo possível e com pouco desgaste de energia.

A política já é uma atitude polêmica com relação aos inimigos da classe e o é também quando se

refere à confrontação de idéias e experiências dentro da organização partidária. Seria errôneo considerar a discussão como algo pernicioso para a vida do partido; contrariamente, permite a elevação ideológica e organizativa.

O partido se fortalece e se estrutura através da assimilação crítica de tudo o que foi alcançado por ele mesmo e pela classe. Não se trata de uma simples catalogação de acontecimentos, mas de uma assimilação crítica, quer dizer do balanço positivo e negativo da experiência diária.

Um partido revolucionário tem em suas mãos dois valiosos instrumentos para fortalecer-se internamente, para enriquecer sua experiência, para elevar seu nível político e ideológico, e para formar seus quadros militantes: a crítica e autocrítica.

Não nos referimos aqui à importância que tem a crítica como meio de educação das massas e de confrontação da real conduta trotskista com a atitude traidora de outras tendências políticas (o reformismo, o nacionalismo pequeno-burguês, o centrismo etc.); sem crítica neste terreno não poderíamos ganhar as massas para nossas posições. Interessa-nos tratar o problema da crítica e da autocrítica dentro de nossa própria organização.

A atividade de todo o Partido, não só de sua direção ou de seus militantes, deve estar submetida a uma contínua e desapegada crítica. Esta é a única maneira de buscar a raiz dos erros e, portanto, de assentar a premissa indispensável para sua superação efetiva. Deste modo, desperta-se a dupla vigilância entre direção e militância, abre-se a possibilidade de que a construção do partido e a fixação de sua linha política sejam atividades coletivas, quer dizer, de toda a militância. A crítica e a discussão supõem discrepância de critérios que se solucionam conforme os princípios do centralismo democrático.

O que tem de se levar em conta é que

a crítica à atuação da direção ou da militância é uma atividade estritamente interna, forma parte da democracia partidária, que, como se indicou, está orientada para o interior da organização. Sair ao exterior do partido para criticar a dirigentes ou militantes importa praticamente na cisão e assumir uma atitude infiel, que deve ser penalizada conforme os estatutos. Neste caso a crítica, de instrumento tonificante para a organização, transforma-se em um erro antipartidário. A crítica para ser saudável tem de se adequar às normas do centralismo democrático.

Em nosso partido houve um período de total identificação entre a direção e os poucos militantes, eram os mesmos nas duas funções, a primeira gozou necessariamente de uma confiança ilimitada entre as bases. Nessas condições, a crítica se viu seriamente debilitada, pois a militância se julgava incapaz de fazê-la, mas a longo prazo isto prejudicou a elevação do nível ideológico da organização.

No afã de analisar os erros, de descobrir suas causas e de superá-los, eleva a primeiro plano e lhe dá enorme importância a autocrítica, que consiste em que os próprios organismos de direção ou os militantes critiquem seus atos e suas idéias, assinalem com precisão as razões que motivaram seus equívocos e assim se superem constantemente. A autocrítica é o resultado de uma atitude espontânea, depois de uma intensa discussão interna, para assim evitar sua repetição futura, que poderia ser nefasta para o partido. Poderia-se argumentar que seria suficiente a crítica; mas se trata de extirpar pela raiz os germes dos equívocos, dos desvios ideológicos, a fim de consolidar ideologicamente todo o partido e, às vezes, para devolver a confiança a quem nem sempre teve atuações acertadas. A autocrítica é um palco que permite a constante superação dos militantes e do partido e não deve ser confundida com uma sanção.

Movimento de Saúde - Guarulhos

Organizar um Verdadeiro Movimento Popular na Saúde

A saúde e a qualidade de vida, segundo o artigo 3 da demagógica lei 8080/90, tem como determinante e condicionante entre outros aspectos: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços públicos essenciais.

Em Guarulhos, a Saúde está quebrada.

Há falta de médicos e enfermeiras. Remédios e outros materiais então, nem é bom falar (90% dos remédios nas farmácias do SUS estão em falta). A rede de esgotos só cobre 57% da cidade, os outros 43% correm a céu aberto aumentando ainda mais o risco de se contraírem doenças. Há falta de hospitais públicos, o número de leitos é insuficiente. Vários hospitais foram fechados no governo de Paschoal Thomeu. Ele foi um dos prefeitos que mais desprezou essa área, mas os que o sucederam não fizeram nada. Aumentou a ocorrência de várias doenças como: leptospirose, esquistossomose, tuberculose; e da mortalidade infantil. Várias mulheres têm de se deslocar até São Paulo para poder dar a luz por falta de maternidades.

Todos sabem dos desvios das verbas, mas nada é feito.

O Movimento Popular de Saúde está sob a direção reformista da Igreja e do PT. Neste momento, não se colocam por organizar um movimento massivo de luta pelas reivindicações. Fazem o contrário, desmobilizam. Um exemplo, no dia 6 de novembro passado, numa reunião para se decidir o destino da Santa Casa, que passa por grave crise financeira, ao invés de se colocarem pela efetiva estatização do hospital, propuseram sua privatização.

Com uma direção como esta, quem precisa de governo para quebrar nossas lutas?

Existe a necessidade de se construir uma nova direção, esta é a tarefa colocada para o movimento.

Internacional



O trotskismo direção do movimento revolucionário

O POR no olho da tormenta

O fascismo concentra seus golpes contra seu maior inimigo, o marxileninismo-trotskista

Encontramo-nos no meio da guerra entre o proletariado e o governo fascista, que considera que seu maior inimigo é o POR e crê que eliminando-o fisicamente poderá acorrentar e domesticar os explorados e oprimidos.

O gorilismo narcofascista é débil e por isso não aplica a fundo sua política brutal e assassina, mas de longe se percebe que prepara a destruição física dos poristas.

Um desses passos consiste em criar na opinião pública o convencimento de que o maior inimigo do país e dos próprios bolivianos são os trotskistas. Supostos intelectuais, columnistas da imprensa etc não se cansam de desenvolver "teorias" antiporistas. Tomemos alguns exemplos:

"Presencia" de 8 de fevereiro, artigo de Iván Arias, onde se culpa os poristas de serem os autores de todos os males da educação e do país e por isso propõe formar uma "ampla frente anti-magistroski" e recomenda "Diante dos mastros-kos não sejamos moles".

"La Razón" de 2 de março em um artigo sobre "As guerras da educação" coloca extremos absurdos ao responder a pergunta: De onde então, vem Vilma Plata?" De onde provém o direito que se arroga de instigar seus colegas professores a sair às ruas, impedir que não se tenha aulas e castigar os mestres traidores que querem trabalhar"? Observem a resposta:

"Talvez esse desejo daninho venha em parte do fato de não ter filhos". A imbecilidade pretende encobrir a verdade. "Mas em resumidas contas, o dano que terá causado Vilma Plata durante o seu tempo de vida - e de outros dirigentes sindicais - será comparável somente por ter perdido uma guerra da educação".

Como se vê, essa campanha jornalística procura convencer que o POR é responsável por todas as calamidades imagináveis, tanto atuais como futuras.

Os que têm a missão de convencer que o obstáculo maior que impede o progresso, a modernização, a chegada do paraíso terreno, se materializem, é precisamente o trotskismo. "O Diário" - diariamente aplaude a "morte do comunismo" - não atina a explicar com coerência como pode o trotskismo nesse momento atuar como dirigente do povo boliviano. Para dizer algo recorre a patologia:

"Em tempos em que a luta política perdeu as flexibilidades do passado e a vida moderna impõe outros padrões de comportamento, só cabe perguntar o motivo pelo qual invocando utopias ideológicas difusas, os epígonos de Marx,

Engels e Trotsky se aferram a suas posições extremistas, quando faz pouco tempo que estão definitivamente derrotadas suas expectativas de êxito. Este é o caso da dirigente do magistério, que sob a batuta trotskista tem feito já bastante para anular o futuro de milhões de cidadãos de amanhã..." Parece que um cadáver digita o presente e o futuro dos vivos; isto é um absurdo.

O absurdo: "A única resposta à persistência destrutiva destes dirigentes é o da adoração patológica incurável, confiada na impunidade fruto da falta de decisão dos governos para apelar para a lei e julgar os responsáveis por tanta anarquia, como se faria em qualquer parte do mundo". Assim começam as incitações para que o governo fascista destrua a pau os trotskistas:

"Depois de que a debilidade tem sido a norma em que pelo menos duas décadas de anarquia no campo da educação, parece difícil que o governo consiga o cumprimento dos DD.SS. 25255 e 25281 que sancionam as faltas às aulas com a correspondente baixa das listas docentes do ano letivo"... "A educação estatal não pode ficar agarrada ao capricho de alguns extremistas...O governo deve começar por não ceder diante da exigência de derrotar os citados Decretos".

Não é estranho que Benjamin Miguel, dirigente do Partido Democrata Cristão, catedrático bobo, constitucionalista etc...apregoa a "presença do trotskismo daninho, como fez através do Canal de TV7 estatal. Acrescentou: "Fazem o que querem com os professores, os colocam nas ruas, quando querem. São os que não permitem que os professores voltem às aulas. Prejudicam o desenvolvimento da democracia. Porque eles não são democratas; são radicais como foram os russos soviéticos".

O que segue prova que político do passado é um estúpido: "Sua vigência na Bolívia se deve ao fato que estão organizados, enquanto que são um partido 20% ferreamente organizado..."

(Extraído do Jornal Massas boliviano, n.1652, 12/2/1999)

Internacional



Os trotskistas não se curvam

"La Prensa" de La Paz (14 de fevereiro) escreve o seguinte:

"A prisão não assusta Vilma Plata"

"É a 4ª vez que sou jogada ao COF, por delitos que não cometi. Não me amedonta porque a prisão é para mim uma escola que fortalece minha formação política", disse a dirigente do magistério de La Paz, que continua presa nas celas da PTJ.

"Disse a ANF que não está arre-

pendida de seus atos no colégio Juana Azurduy e que assumirá sua defesa toda vez que sua prisão for ilegal, pois as atitudes demonstram que a mão do governo está por detrás..."

"Como se recorda, o promotor Rodolfo Gutiérrez requereu na quarta a pena de 5 anos de reclusão, pelos delitos de lesões graves e leves, incluindo em sua resolução a abertura do processo penal pelos delitos de desacato, sedição, perturbações à tranqüilidade pública e associação

delituosa.

"A dirigente foi detida... após a professora R. Chino de Flores ser golpeada pelos educadores no momento em que pretendia assumir o cargo em substituição de seu colega que somou à greve por tempo indeterminado.

Nossa Posição Neste Momento Crucial

A ordem social burguesa em todos os países e continentes (exemplos, as catástrofes do Japão, da União Europeia, o do Cone Sul, do Brasil etc. ou seja da economia mundial) trinca-se e se desintegra devido à crise econômica estrutural do sistema imperante (as forças produtivas se destroçam ao chocar com as relações de produção envelhecidas). Está colocada

novamente a urgência de responder à necessidade histórica da revolução proletária mundial, que substituirá a grande propriedade privada reacionária, podre, pela propriedade social (complemento irrecusável da produção social), ou seja ao capitalismo agonizante que empurra a humanidade à barbárie, pelo comunismo, que será uma sociedade sem violência.

Esta tarefa titânica a imporá a direção mundial fortalecida, o marxismo-leninismo-trotskismo, concretizado em uma po-

derosa IV Internacional, chamada a lutar para alavancar a vitória da revolução proletária (finalidade estratégica) a tática da frente única proletária nas metrópoles imperialistas e da frente antiimperialista nos países atrasados, nos que se colocam o cumprimento inaplacável da revolução agrária, da libertação nacional da opressão imperialista e da autodeterminação das nações nativas subjugadas

Viva a IV Internacional

Viva a Revolução Socialista Mundial

Internacional

Acordo suspende a intervenção militar imperialista na Iugoslávia

Os conflitos entre a província de Kosovo (maioria albanesa) e o governo sérvio foram o pretexto para mais uma intervenção militar imperialista nos balcãs (leste europeu). Um grande contingente militar com ampla maioria norte-americana foi deslo-

cado para as proximidades da região. Os EUA ameaçaram bombardear todas as bases militares sérvias, alegando a defesa a etnia albanesa. A Rússia, por Boris Yeltsin, soltou uma bravata dizendo que agiria em favor dos sérvios se estes fossem atacados. A chantagem militar ianque deu resultado. Os sérvios cederam às pressões e concordaram em conceder uma autonomia relativa a Kosovo, sob a batuta norte-americana travestida de força

internacional. Dessa forma, não haverá a autodeterminação da província, e sim sua submissão não mais apenas aos sérvios, mas também e fundamentalmente ao imperialismo.

O direito de autodeterminação só pode ser garantido pela própria população, armada para impô-lo. A intervenção externa leva a mais opressão nacional. A conquista da autodeterminação de Kosovo só pode se dar pela revolução proletária.

Obras Completas de Guillermo Lora

Continuamos a publicar a síntese dos principais documentos dos volumes

Volume XXIV (1980)

Este tomo finaliza a apresentação da coletânea "História do Movimento Operário Boliviano". Refere-se aos anos de 1969 a 1980. Comenta o governo nacionalista de Torres e a experiência da Assembléia Popular, a formação da Frente Revolucionária Antiimperialista, o autogolpe de 1974, as jornadas de novembro de 79.

Encerrando o tomo, existe uma série de entrevistas e comentários sobre esta magnífica obra sobre a classe operária boliviana.

Volume XXV (1969-1970)

Este tomo discute o problema das guerrilhas na transcrição de 2 folhetos: "Revalorização do Método das Guerrilhas" e "Notas sobre a Revolução na Revolução de Regis Debray" criticando o foquismo. Mostra também toda

a problemática do trabalho sindical clandestino num regime fechado em "O Gorilismo e os Sindicatos Clandestinos", uma pequena "História do POR" de 1969, além das conferências "Igreja e Realidade Nacional", comentando o papel da igreja nas lutas sociais e "O Movimento Operário Boliviano" comentando as características do sindicalismo boliviano.

Um texto teórico importante deste tomo é "Marx e a Teoria da Revolução Permanente".

Volume XXVI (1970-71)

Neste volume desenvolvem-se as críticas ao governo reacionário de Ovando e ao apoio a este por supostos esquerdistas, mostra como se deram as crises nesse regime: de como as frações de direita e de esquerda dentro do exército se degladiaram, do golpe branco de julho de 70 onde a direita (Generais Miranda e Escobar) conseguem a expulsão do governo dos generais Quiroga e Torres, expoentes da esquerda castrense. A rebelião gorila contra as tendências militares progressistas permitiram as massas ganharem as ruas, vencerem os direitistas e não só seguiram Torres como deram passos em torno de suas soluções políticas, como o foi o "Comando Político da Classe Operária, Universitários e Povo" e a "Assembléia Popular" já no início de 71.

Além disso, podemos ver textos referentes à situação dos trotskistas e à luta contra o pablismo em nível internacional: "Continua a Delação Pablista", sobre um suposto documento boliviano no jornal

"Rouge" francês; "Reconstrução da IV Internacional" comunicando a convocação do Comitê Internacional para a conferência destinada a discutir os problemas da reconstrução da IV; num outro texto com o mesmo nome, dá-se informe sobre a conferência que aconteceu na França em 20 de março de 1970, onde os oradores foram Broué, Lambert e Charles Berg, organizado pelo Comitê Internacional rumo a organização da IV; "Curiosidade dos Cantinflas" com críticas ao pablista "Voz Planetária" da Argentina; "La Verité" difama o POR; sobre a difamação do grupo político ao POR Boliviano, início da crítica infundada ao suposto nacionalismo do POR.

Existem também importantes textos sobre a questão da educação como "Bases Ideológicas da Revolução Universitária de Direito", programa da frente estudantil Revolução Universitária para os cursos de Direito, onde se mostra a relação entre a Universidade e a sociedade, discute-se a autonomia universitária e o caráter da faculdade de direito.

Os textos sindicais se referem ao XIV Congresso da Federação dos Mineiros de 1970, às intervenções nos sindicatos pelo ministério do trabalho gorila, além das teses aprovadas no Congresso Mineiro de "Siglo XX" intituladas "Rumo ao Socialismo e ao Governo Operário" onde se desbancou o bloco PRIN-PC-Governo; a luta no IV congresso da COB para que esta seguisse o documento político mineiro.

Encontramos também um pequeno texto sobre a guerrilha de Che e um sobre os objetivos do POR.

